

'Desmonte': Congresso pode rever os cortes

20 SET 1988

BRASÍLIA — Ao comentar ontem as declarações do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães — de que o Congresso vai rever a Operação Desmonte — o Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, afirmou que pela nova Constituição o Parlamento tem amplos poderes para alterar o orçamento. Mas lembrou que se novas despesas forem criadas dentro do Orçamento, o Congresso terá que apontar fontes de receitas para cobri-las ou realizar cortes em outros itens que possam compensá-las.

João Baptista disse que a reação dos governos estaduais e municipais contrária à regra de rolagem da dívida externa para o ano que vem (25% dos encargos da dívida, incluindo os atrasados, terão que ser pagos e apenas 75% poderão ser rolados), já era esperada pelo Governo. Garantiu, no entanto, que a regra não mudará.

Na próxima quinta-feira, o Ministro do Planejamento almoçará com todos os Secretários estaduais de Fazenda, liderados pelo Secretário do Distrito Federal, José Machado Campos Filho. O objetivo é discutir a Operação Desmonte e, particularmente, a regra da rolagem da dívida externa para o próximo ano, que os secretários não aceitam.

No final da noite, retornando de uma reunião no Palácio do Planalto, onde o tema foi discutido, o Ministro da Fazenda disse que a regra da rolagem de 75% da dívida externa será mantida, sem nenhuma exceção.

• **PRESSÕES** — A Comissão Mista de Orçamento, encarregada de examinar a proposta orçamentária do Governo para 1989, vai tra-



Abreu: nova despesa, nova receita

balhar sob forte pressão política dos segmentos mais atingidos pela Operação Desmonte. Para amenizar os efeitos destas pressões sobre as decisões da comissão, ficou acertado que os 36 relatórios correspondentes a cada área abrangida pelo orçamento só começarão a serem votados depois das eleições de 15 de novembro.

• **NOTÁVEIS** — A Comissão Mista de Orçamento vai contar com a assessoria informal de economistas de renome escolhidos entre profissionais comprometidos com as questões sociais na tarefa de examinar a proposta orçamentária do Governo para o ano que vem. A informação é do relator-geral, Senador Almir Gabriel (PMDB/PA), que está cuidando pessoalmente de formular os convites àqueles que integrarão o grupo de notáveis.